

A INSERÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE LONDRINA – PR¹

[*Contato*. Ano 19, nº 93, nov/dez 1998 - Encarte Especial *Teoria na Prática*]

Crystianne C. Pandolfi (Coord.); Áurea E. Ota; Gisele Strini; Ivanylce V.B.O. Buzolin;
João B. Martins e Luciana M. Casagrande

Conselho Regional de Psicologia 08 - Paraná - Sub-sede de Londrina

Considerando a Educação como um fenômeno muito complexo, entende-se que ela é objeto de estudo para muitas disciplinas: psicologia, pedagogia, sociologia, antropologia, etc... Apesar disto, e dos diversos resultados, tanto resultantes de trabalhos práticos ou de pesquisas, a escola continua enfrentando dificuldades para atingir seus objetivos. E, apesar de tantas investigações, tantos pareceres, tantos planos políticos, os graves problemas educacionais continuam aí: os altos índices de evasão, e de analfabetos, a insatisfação de professores pela sua condição de trabalho, a insatisfação das famílias pelo insucesso de seus filhos, etc...

Apesar da educação escolar ser um objeto de estudo de várias disciplinas científicas, nem todas estão representadas no organograma das escolas. Os profissionais que compõem as Equipes Técnicas das escolas representam uma única categoria profissional: a do Pedagogo, nas habilitações de Supervisor de Ensino e de Orientador Educacional. Nesse sentido, entende-se ser uma prioridade a implantação de uma Equipe Técnica composta de distintos profissionais para o apoio aos educadores no âmbito do sistema educativo: esta é uma bandeira de luta para as diversas categorias profissionais que estão empenhadas na compreensão do fenômeno ensino/aprendizagem.

A categoria dos Psicólogos é uma das categorias profissionais que tem se mobilizado para ampliar seu campo de atuação profissional, principalmente junto ao sistema educacional, com a perspectiva de compor as Equipes Técnicas que atuam junto às escolas públicas. Foi com a perspectiva de consolidar tal intuito que a direção do Conselho Regional de Psicologia da 8ª região (CRP-08) – Sub-Sede Londrina, implementou várias ações junto à Câmara e à Prefeitura Municipais de Londrina, culminando com a aprovação da Lei nº 6.951 de 07/01/97, que dispõe sobre a criação do cargo de Psicólogo Escolar para atuar na Rede Municipal de Ensino.

Entendendo que tal perspectiva de atuação não deve ser respaldada exclusivamente por uma questão legal, a Sub-Sede Londrina do Conselho Regional de Psicologia implementou uma pesquisa junto às escolas da Rede Municipal tentando identificar as necessidades das mesmas, bem como a viabilidade da inserção do Psicólogo neste campo de trabalho.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho foi o de levantar subsídios para a inserção do Psicólogo Escolar na Rede Municipal de Ensino de Londrina, conforme prevê a supracitada Lei.

Da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida em 32 escolas municipais da cidade de Londrina – PR, das 65 existentes, escolhidas aleatoriamente entre os bairros da cidade. Fizeram parte desta pesquisa 155 profissionais da educação. Em cada escola foram entrevistados: o diretor, o supervisor e três professores. O critério de escolha dos profissionais entrevistados baseou-se na representatividade de cada função dentro da instituição. Os educadores abordados não foram identificados quanto ao nome e escola onde trabalhavam. Além disso, nas escolas onde não havia a figura do supervisor, foi entrevistado o auxiliar de supervisão ou, na ausência deste, um outro professor, para completar o número estipulado de entrevistados, ou simplesmente foram entrevistados apenas os outros quatro profissionais.

Estes profissionais foram entrevistados por psicólogos no período de setembro a novembro de 1997.

Para o levantamento dos dados foi utilizado um questionário contendo questões sobre a caracterização da escola e de sua clientela, e questões que abordaram aspectos sobre os alunos, os pais, a equipe técnico-pedagógica, o conteúdo e o professor e, caráter pessoal.

Foi utilizada a técnica de escalograma para a mensuração e avaliação da opinião dos profissionais abordados, a respeito da intensidade dos problemas citados pelos mesmos.

Resultados

Dos 155 educadores, 84,52% afirmaram ter dificuldades em suas atuações profissionais com os alunos; 78,71% com os pais; apenas 21,94% com a equipe técnico-pedagógica e 38,71% com o conteúdo.

Das principais dificuldades encontradas pelos entrevistados no trabalho com os ALUNOS, 27,42% relacionam-se à dificuldade de aprendizagem, 23,87% à disciplina e 20,65% ao comportamento das crianças.

No trabalho dos educadores com os PAIS, a maior dificuldade encontrada foi com relação à participação e acompanhamento da escolaridade dos filhos, com 38,49%, seguida pelo comparecimento em reuniões ou quando solicitados para tratarem de assuntos de interesse de seus filhos com 35,53%.

No que se refere à EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA, 31,88% das dificuldades dos entrevistados referiram-se à comunicação; 27,54% à colaboração e 20,29% à motivação.

Já no item conteúdo, chamou-nos a atenção que 24% das dificuldades dos entrevistados relacionam-se com a abordagem de assuntos polêmicos e atuais; 17,33% com a escolha e o uso de recursos extras, e 14,67% com a sua atualização.

No que diz respeito ao CARÁTER PESSOAL, 16,13% dos educadores apresentam problemas de saúde como stress, hipertensão, obesidade, escoliose, rinite alérgica, diabetes, depressão, hipotireoidismo, bronquite, coluna, dificuldade de locomoção por seqüela de acidente, problema renal e enxaqueca; 15,4% consideram-se introvertidos; 100% gostam da profissão que exercem; apenas 12,90% exercem outra função paralela à docência como: vendedora, guia de turismo, promotora de produtos de beleza, confecção de artesanato e diarista. Com relação à atualização profissional, 96,77% afirmaram atualizarem-se através de cursos (oferecidos pela SME, especialização, pós-graduação e outros), palestras, leitura de livros, grupo de estudos, pesquisas, vídeos e troca de experiências.

Além disso, 96,13% dos educadores afirmaram a necessidade do apoio de especialistas nas escolas, e entre eles destacaram: Psicólogo (36,98%), Fonoaudiólogo (14,79%), Psicopedagogo (12,43%), Orientador Educacional (17,46%), Supervisor (4,14%), Assistente Social (6,8%) e Outros (7,4%) sendo: Odontólogo, Pedagogo, Médico, Fisioterapeuta, Nutricionista, Advogado, Enfermeiro, etc...

Quanto à falta de informações e esclarecimentos sobre temas não- pedagógicos, 50,97% gostariam de obter maiores informações sobre temas como: política, adolescência, sexualidade, relacionamento interpessoal, informática, Psicologia, DST, drogas, doenças infecto-contagiosas, oratória, trânsito, noções de eletricidade, saneamento, higiene, comportamento, religião, economia e educação especial.

E para finalizar, 73,55% dos educadores afirmaram desconhecer o trabalho do Psicólogo Escolar, sendo que apenas 9,03% já trabalhou com um profissional desta área. O contato dos educadores com a atuação do Psicólogo Escolar deu-se através de estágios supervisionados em Psicologia oferecidos pelas entidades formadoras, através de encaminhamentos de alunos ao SEMApp e/ou NAPS-CA, e de presença deste profissional na Rede Particular de Ensino. De forma geral, os entrevistados consideraram satisfatórias as intervenções realizadas pelo Psicólogo, tanto no âmbito escolar como fora deste contexto.

Discussão

Os dados mostraram uma realidade escolar bem conhecida e caracterizada pelos pesquisadores brasileiros. A maioria dos entrevistados diz ter dificuldades em relação aos alunos (84,52%) e seus respectivos pais (78,71%). Estas dificuldades, por sua vez, estão vinculadas a outras questões. Observando os comentários² que alguns educadores fizeram durante a aplicação dos questionários, pôde-se constatar que eles relacionaram ao problema de dificuldade, problemas de “carência”. A carência, no entanto, toma várias dimensões: “carência afetiva”; “carência cultural”, “carência de ‘valores éticos’ ”, “carência de condições sociais favoráveis”, “carência de

maturidade física e psicológica para aprender”, etc... Entende-se que, de uma certa forma, os educadores “re-atualizam” os mitos que sempre acompanharam a compreensão do fracasso escolar, quais sejam: o mito da teoria da carência ou privação cultural, o mito da desnutrição, o mito do QI, o mito das diferenças lingüísticas, etc... (Leite, 1988).

Por não “saberem” lidar com tais questões, ou por não “conseguirem entender” o que se passa com os alunos, grande parte dos educadores sente-se incapaz de desenvolver seu trabalho. Para justificar suas dificuldades, elegem, além dos elementos já citados, o meio cultural e familiar como aqueles que não colaboram para o processo de aprendizagem dos alunos. Vale notar que, no trabalho dos educadores em relação aos pais, 38,49% das dificuldades encontradas foram referentes à participação e acompanhamento da escolaridade dos filhos.

Cabe salientar que as dificuldades que os educadores enfrentam quanto à participação dos pais na vida acadêmica dos filhos é bastante complexa, pois envolvem questões de disponibilidade de tempo, esclarecimentos sobre a importância da presença dos pais na vida escolar de seus filhos, etc... No entanto, cabe perguntar: a escola abre espaços de participação para os pais? Pode-se perceber que os pais são chamados para ir à escola em algumas situações: reuniões para apresentação de boletins e notas, quando seus filhos “aprontam” alguma coisa, quando há alguma festa (onde são convocados a contribuir financeiramente), etc... Mas será que não há outras atividades, outras formas de envolver os pais na vida da escola? Nesse sentido, o comentário de um dos entrevistados é bem elucidativo:

“Não há interação do professor/pai/alunos e parte pedagógica, sem debates, conversas e soluções em conjunto”

Tal comentário desvela onde está localizada a maioria dos problemas enfrentados pelos educadores: na interrelação professor x aluno x escola x comunidade. O Psicólogo Escolar, por sua vez, é um profissional que pode compreender tal situação e desenvolver atividades específicas que possibilitem um entrosamento melhor entre aqueles que estão implicados com o processo educacional: pais, alunos, professores, equipe técnica, direção, etc...

Um outro dado interessante levantado pelos questionários refere-se à relação que os educadores estabelecem com sua profissão. As entrevistas apontam que todos gostam da profissão que exercem; apenas 12,90% exercem outra função paralela. Com relação à atualização profissional, 96,77% afirmaram atualizarem-se através de cursos (oferecidos pela SME, de especialização, pós-graduação e outros), de estudos, pesquisas, vídeos e troca de experiências. Apesar deste envolvimento e esforço profissionais, 96,13% dos educadores afirmaram a necessidade do apoio de especialistas, o que pode estar relacionado com a necessidade de

informações e esclarecimentos de temas não-pedagógicos (50,97%) e dificuldade em trabalhar assuntos polêmicos (24%).

Além disso, os resultados revelam que 38,71% dos entrevistados têm dificuldade em relação ao conteúdo³. Este dado é significativo, principalmente quando verifica-se que existe um alto índice de reprovação entre os alunos da 2ª fase do Ciclo Básico⁴. Isso sugere que, com a introdução do Ciclo Básico na Rede Municipal de Ensino, o problema de reprovação nas 1as séries do 1º grau, agora está localizado nas 2as séries. Mas, onde estaria realmente localizado o problema? Será que se localiza nos processos de avaliação? Será que os professores se “apropriaram” adequadamente das propostas teóricas/técnicas do Ciclo Básico? Será que os pais entenderam as mudanças ocorridas, para que possam acompanhar melhor seus filhos?

Ora, entende-se que os processos de aprendizagem e de construção são muito complexos, pois envolvem outros contextos, além da escola. A mídia, a família, os amigos, também influenciam sobre o processo de construção de significados aprendidos no âmbito escolar.

Nesse sentido, considerando-se a complexidade do processo ensino/aprendizagem, os educadores devem ser estimulados na construção coletiva de um conhecimento específico sobre suas práticas, reconhecendo-se em suas atividades. O Psicólogo escolar, junto com a Equipe Técnica da escola, pode promover situações onde os educadores possam refletir sobre suas práticas pedagógicas e sobre seus envolvimento com o trabalho. Oportunidade na qual poderiam tirar dúvidas quanto às formas mais adequadas de atuarem junto aos alunos que apresentam dificuldades (de aprendizagem e/ou comportamentais) em sala de aula.

Considerando as dificuldades encontradas entre os educadores quanto à Equipe Técnico-Pedagógica. 31,88% afirmaram ter problemas quanto à comunicação e 27,54% quanto à colaboração. Cabe salientar que: *“A qualidade da atuação da escola não pode depender somente da vontade de um ou outro professor. É preciso a participação conjunta dos profissionais (orientadores, supervisores, professores polivalentes e especialistas) para tomada de decisões sobre aspectos da prática didática, bem como sua execução. Essas decisões serão necessariamente diferenciadas de escola para escola, pois dependem do ambiente local e da formação dos professores”.* (BRASIL, 1997, p105).

Nesse sentido, o Psicólogo Escolar pode, e deve, inserir-se na Equipe Técnica da Escola tendo em vista a especificidade de seu trabalho, qual seja, ele é habilitado a compreender a complexidade do processo ensino/aprendizagem, principalmente no que tange aos aspectos psicológicos nele envolvidos. Além disso, pode intervir nas representações sociais acerca dos fenômenos que acontecem dentro da escola, desenvolvendo programas que estabeleçam novos parâmetros para as atividades, esclarecendo sobre os melhores procedimentos para atuação junto a alunos com dificuldades.

Como pode-se constatar, os entrevistados sentem necessidade de uma interação com outros especialistas. Dentre estes, observou-se que 36,98% consideram necessário o apoio do Psicólogo. As justificativas dadas pelos entrevistados quanto à necessidade da presença do Psicólogo na escola foram bastante divergentes. Para alguns, este profissional seria importante pois “ele poderia trabalhar com os alunos”, o que sugere uma não implicação do educador com o processo de aprendizagem do aluno, como se a culpa pelo fracasso deste fosse exclusivamente dele. Foram dadas outras respostas, mais inclusivas, que apontam para um trabalho integrado entre professores, alunos e familiares. Apesar das divergências, todos que se referiram à necessidade de uma atuação do Psicólogo, localizaram este profissional no âmbito da escola. Entende-se que o Psicólogo, ao inserir-se neste contexto, poderá acompanhar e intervir mais prontamente junto ao cotidiano escolar, propondo programas e atividades respaldado por seu conhecimento das entrelinhas do contexto escolar. Tais programas e atividades possibilitariam aos educadores atuarem junto às crianças com dificuldades no próprio ambiente da escola, sem estigmatizá-las.

Conclusão

A pesquisa que foi implementada pelo CRP – 08 sub-sede Londrina junto às Escolas da Rede Municipal de Ensino confirma a orientação que foi apontada no início deste trabalho – o Psicólogo é um profissional muito requisitado pelos educadores para trabalhar no/o contexto escolar.

Isto nos revela uma nova perspectiva de trabalho com o aluno que apresenta dificuldades tanto de aprendizagem como comportamental. A experiência dos educadores que participaram desta pesquisa com este profissional, reduz-se a um “tratamento” clínico de problemas presentes no contexto da escola (Andaló, 1984); ou ainda a estágios supervisionados na área de Psicologia. Cabe ressaltar que estes tipos de trabalhos não atingem por completo os problemas enfrentados no cotidiano, pois abordam somente um lado do problema: o aluno, desconsiderando os contextos em que ele está inserido: a escola e a comunidade.

A proposta de inserção do Psicólogo Escolar na Rede Municipal de Ensino de Londrina ora apresentada, revela-se mais apropriada, pois atende de forma mais imediata às necessidades daqueles que atuam diretamente com os alunos, bem como às necessidades destes últimos.

Entende-se que este profissional pode desenvolver programas específicos dentro do contexto escolar que esclareçam mais as implicações do quefazer pedagógico, diminuindo-se o nível de preconceito e de estigmatização atribuída aos alunos. Dito de outro modo: este profissional pode – junto com a Equipe Técnico-Pedagógica propiciar situações que favoreçam a resolução dos problemas enfrentados pelos educadores dentro do próprio contexto escolar, sem estigmatizações e/ou encaminhamentos que possam favorecê-las.

Sabe-se da importância da presença dos pais na vida escolar de seus filhos. Entende-se que existem várias dificuldades para a inserção dos mesmos no contexto da escola. Os educadores entrevistados destacam que a escola tem assumido funções que não lhe cabe, e sim aos familiares dos alunos. Nesse sentido, o Psicólogo Escolar pode propiciar situações envolvendo pais e educadores de tal forma que eles possam assumir as suas reais responsabilidades na vida acadêmica dos alunos, bem como as implicações próprias de cada um no processo de formação dos mesmos.

A inserção do Psicólogo Escolar na equipe técnica da escola, portanto, é fundamental, pois é um profissional que vem somar no sentido de esclarecer as dimensões psicológicas implicadas tanto no processo ensino/aprendizagem como na relação que os educadores estabelecem com seu trabalho. Quanto a este último aspecto, o Psicólogo pode propiciar um espaço de reflexão mais sistemático junto a estes profissionais, levando-os a repensarem suas práticas, suas dificuldades, seus encaminhamentos, etc... e a buscarem novas soluções para os problemas que eles vivenciam. Diante disso, o Psicólogo Escolar pode ser um profissional, ao inserir-se na equipe técnica, dinamizador do processo de formação dos educadores, proferindo e organizando palestras, encontros temáticos, cursos, etc... que atendam às demandas mais emergentes dos profissionais que atuam na escola. Deve-se esclarecer que, nestas situações – as de formação – o Psicólogo Escolar poderá trabalhar tanto os aspectos relativos à atuação dos profissionais que trabalham na escola – por exemplo, os de cunho pedagógico – como aspectos referentes aos vínculos que estes profissionais estabelecem com seu próprio trabalho – por exemplo, os relativos ao stress, à satisfação profissional, etc...

Observou-se nas entrevistas dos profissionais que participaram da pesquisa, que existe uma certa confusão quanto a caracterização do papel do Psicólogo Escolar. Entende-se que o esclarecimento sobre a prática deste profissional efetivar-se-á quando ele for inserido definitivamente neste campo de atuação – especialmente no âmbito da Rede Pública de Ensino, pois será no exercício da profissão que se delinearão suas formas de intervenção.

NOTAS

1 - Esta pesquisa foi realizada sob o auspício do Conselho Regional de Psicologia – 8ª Região – Sub-sede Londrina.

2 - Nem todos os entrevistados fizeram comentários em suas entrevistas, tendo em vista o conteúdo dos mesmos, serão destacados aqueles que mais chamaram a atenção dos autores da pesquisa.

3 - Este dado deve ser analisado cautelosamente, pois mesmo não havendo identificação dos entrevistados, percebeu-se que os mesmos estavam receosos quanto à avaliação das psicólogas e colegas de trabalho, e na repercussão de suas respostas junto à Secretaria Municipal de Educação.

4 - A gerência de Secretarias Escolares – setor de Estatística da Secretaria Municipal de Educação informou que o índice de reprovação da 2ª fase do Ciclo Básico é de 15,7%. Dos 6.820 alunos matriculados em 1997 na zona urbana, 1.071 foram aprovados.

BIBLIOGRAFIA

Andaló, C. S. de L. (1984) O papel do psicólogo escolar. *Psicologia Ciência e Profissão*, ano 4, nº. 1, 43-46.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, Vol. 1.

Leite, S.A. da S. (1988). O fracasso escolar no ensino de primeiro grau. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. v. 69, nº. 163, p. 510-540.